

**Karla Gobo<sup>1</sup>**

## Gênero como categoria: uma análise do legislativo municipal do Rio de Janeiro

### *Gender as a category: an analysis of the municipal legislature of Rio de Janeiro*

#### **RESUMO**

A busca por informações sobre feminismo no Google cresceu 200% em 2 anos. O Brasil tem pouco mais de 10% de deputadas federais, ocupando o vergonhoso 154º lugar dentre 193 países analisados pela União Interparlamentar, que é uma organização internacional dos parlamentos dos Estados, com sede em Genebra (Suíça). Isso nos leva a ocupar o incrível posto de terceira pior representatividade feminina na América Latina, perdendo apenas para Belize (183º) e Haiti (187º). Nas eleições municipais de 2016, 12,5% de todas as mulheres inscritas para disputar a eleição não receberam nenhum voto e isso só aconteceu com 2,6% dos candidatos do sexo masculino. Analisar o gênero como uma variável a ser considerada nas ciências sociais, pode nos ajudar a compreender esse tipo de desigualdades, auxiliar no debate público e na produção de políticas. Tendo isso em vista, o presente trabalho pretende fazer um artigo descritivo sobre as vereadoras da câmara do Rio de Janeiro de 1977 a 2016. Para realizar tal estudo foi construído um banco de dados para reunir as principais informações sobre este grupo. Para isso se contou com publicações de jornais, facebook, informações disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral e no Dicionário Histórico Biográfico, da Fundação Getúlio Vargas.

**Palavras-chaves:** Gênero, Mulher, Legislativo municipal, Eleições, Campanha.

#### **ABSTRACT:**

*The search for information on feminism on Google has grown 200% in 2 years. Brazil has slightly more than 10% of female federal representatives, occupying the shameful 154th place among 193 countries analyzed by the Interparliamentary Union. This leads us to occupy the incredible position of third worst female representation in Latin America, losing only to Belize (183rd) and Haiti (187th). In the 2016 municipal elections, 12.5% of all women registered to run for the election did not receive any vote and this happened only with 2.6% of male candidates. Analyzing gender as a variable to be considered in the social sciences can help us to understand such inequalities, promote public debate and influence policy-making. In the light of this, the present work intends to make a descriptive article about the female councilors from Rio de Janeiro from 1977 to 2016. To carry out such a study, a database was built to gather the main information about this group. with publications on newspapers, Facebook, information available in the Superior Electoral Court and Biographical Historical Dictionary of the Getúlio Vargas Foundation.*

**Keywords:** Gender, Woman, Municipal legislature, Elections, Campaign.

---

1 Doutora em Sociologia pela UNICAMP. Professora da Universidade Veiga de Almeida Pesquisadora do Laboratório Cidades Criativa. E-mail: karlagobbo@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A busca por informações sobre feminismo no Google cresceu 200% em 2 anos. A reflexão sobre as diferenças de gênero que foram naturalizadas durante séculos vem não só levando ao aumento de denúncias de abusos nos ambientes privado e público, como também a reflexão e produção no campo científico e jurídico de estudos e leis que avaliam a dimensão das diferenças de gênero como uma categoria de análise.

No campo jurídico-políticos, desde 2009, os partidos políticos são obrigados a reservar 30% de vagas para candidatas mulheres. E mais recentemente a obrigatoriedade de reservar parte do fundo partidário para as campanhas de mulheres. Embora seja um passo importante, pouquíssimas ocupam cargos de direção e são as que recebem os menores recursos dos partidos para investir em suas candidaturas. O resultado disso é que apesar do aumento de candidatas, o Brasil ainda tem pouco mais de 10% de deputadas federais, ocupando o vergonhoso 154º lugar União Interparlamentar<sup>2</sup> dentre 193 países analisados pela. Isso nos leva a ocupar o incrível posto de terceira pior representatividade feminina na América Latina, perdendo apenas para Belize (183º) e Haiti (187º).

Para se ter uma dimensão do problema, nas eleições municipais de 2016 no Brasil, 12,5% de todas as mulheres inscritas para disputar a eleição não receberam nenhum voto, isso só aconteceu com 2,6% dos candidatos do sexo masculino (Muniz 2018). Neste mesmo pleito, notou-se uma distinção na distribuição de recursos pelos partidos que tendem a privilegiar candidaturas do sexo masculino (Monteiro, Linhares, e Pinto 2016). Em 2016, proporcionalmente as candidatas receberam 30% a menos do que os candidatos, sendo que investimento financeiro na campanha é um elemento fundamental para o sucesso no pleito. Entretanto, mesmo com esse cenário há alguns indícios de melhora. Segundo a pesquisa realizada e divulgada pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), em 2008 eram 6.450 vereadoras. Em 2012 as Câmaras municipais contavam com 7.782, um aumento de quase 20%. Em 2016 foram eleitas 7.803.

Esta realidade não está somente na vida pública, as mulheres ganham 30% a menos desempenhando as mesmas funções que um colega homem e branco. No mercado de trabalho ocupam 44% dos postos de trabalho, mas apenas 16% estão no cargo CEO. Isso após consultorias como a McKinsey e Co. apontarem que a di-

---

2 De acordo com as informações disponíveis em seu site, esta é uma organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos, com sede em Genebra (Suíça), criada em 1889. Suas metas são: favorecer os contatos, a coordenação e a troca de experiências entre os parlamentos e os parlamentares de todos os países; examinar as questões de interesse internacional e se pronunciar sobre elas a fim de suscitar uma ação dos parlamentos; contribuir para a defesa e a promoção dos direitos humanos; e contribuir para o melhor conhecimento do funcionamento das instituições representativas, assim como reforçar e desenvolver seus meios de ação. Integrada por mais de 140 parlamentos, a UIP trabalha em estreita colaboração com a ONU, de cujos objetivos partilha e cujos esforços apoia.

versidade nos cargos de direção melhora o desempenho das empresas. No caso da presença de mulheres em fóruns de tomada de decisão, a presença de mulheres é considerada central para aprofundar a democracia e melhorar a accountability (Sacchet 2009).

Em resumo, seja no ambiente público ou privado, o fato de ser mulher já nos coloca numa condição de desigualdade, vulnerabilidade e exposição a violências físicas e simbólicas naturalizadas durante séculos. Buscar informações, discursos e práticas que minimizem esta realidade é apenas buscar eliminar o enorme abismo que separa homens e mulheres ao nascer. Analisar o gênero como uma variável importante a ser considerada nas ciências sociais, pode nos ajudar a compreender esse tipo de desigualdade, auxiliar no debate público e na produção de políticas.

A defesa feita por alguns estudiosos e acompanhada por candidatos e movimentos sociais é de que a representação em si é importante, independente da agenda proposta. A ideia de fundo é de que na vida social moderna se vincula a ação de pessoas e instituições e, como essas últimas são diversas e dispersas, os cidadãos, embora frequentemente frustrados, esperam que as expectativas deles sejam representadas nos fóruns de discussão (Young 2006)

Outros acreditam que a qualidade e o atendimento de demandas especificamente direcionado às necessidades das mulheres serão priorizadas por meio da presença de mulheres nestes espaços. Na academia o destaque para a problematização desse aspecto é o trabalho de Dahrelup (1993), que trabalha com o conceito de “massa crítica”, que é a capacidade de uma minoria numérica de potencializar e mobilizar recursos para influenciar o processo decisório. Neste cenário, o aumento do percentual de mulheres seria importante como instrumento de pressão<sup>3</sup>. A dimensão numérica é um aspecto importante para a defesa de determinadas pautas. Não se trata da existência ou defesa de uma identidade feminina unificada, mas que há esforços para a construção de uma política identitária que atravessa as diferenças sociais e políticas (Escobar-Lemmon. Maria C. e Taylor Robinson 2014).

A representatividade é o último aspecto do tripé desenvolvido por Fraser (2007), que considera também os aspectos de redistribuição e reconhecimento. Portanto, este é apenas um dos pontos a ser tratado, mas as estratégias de promoção de mulheres não se restringem a apenas ao processo eleitoral. A pesquisa do Inter-Pariamentary Union, realizada com legisladoras e legisladores de 110 países, aponta para quatro fatores: apoio partidário ou da coalizão governante; o trabalho de comissões legislativas; a atuação em bancadas femininas e as regras que organizam o próprio funcionamento do legislativo (Rezende 2017)

Os partidos de esquerda foram os primeiros a compreender essa demanda a incorporar as mulheres nas disputas eleitorais (KATZ, R. & MAIR 1992). Neste processo há dois aspectos a serem apontados como fundamentais para a incorporação de candidatas em outras dimensões ideológicas. A primeira é a crescente organização

3 Há críticas ao modelo analítico de Dahlerup, a crença de que o crescimento de eleitas eliminaria as desigualdades sem a existência de conflitos ou retrocessos.

e pressão das mulheres sobre as direções partidária e a descoberta da mulher como força eleitoral, que leva os partidos a considerar as suas questões e assumir compromissos públicos. É bom lembrar que não estamos falando do século XIX mas de um fenômeno do século XXI, pois até o final dos anos 1990 o objetivo era atrair as mulheres para atividades internas do partido e não propriamente a disputa eleitoral, de lá para cá há algumas mudanças nesse processo, em certa medida também estimulada pelas novas regras institucionais. (Araújo 2004).

Tendo em vista este cenário e sua urgência por análises, o objetivo aqui é fazer um artigo descritivo sobre as vereadoras da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro de 1977 a 2016. Este estudo se divide em três momentos: primeiramente, é realizado um breve histórico desse espaço decisório e o lugar que as mulheres alcançaram ao longo do tempo. Posteriormente é feita uma análise social das eleitas, considerando cor, ocupação, escolaridade. E, por fim, considerando a importância do investimento na campanha eleitoral, elegeu-se dois casos, das eleições de 2008 e 2016, para a análise dessa variável nos resultados.

Para realizar tal estudo foi construído um banco de dados para reunir as principais informações sobre este grupo, para isso se contou com publicações de jornais, facebook, informações disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral e no Dicionário Histórico Biográfico, da Fundação Getúlio Vargas.

## 2 AS MULHERES NA CÂMARA DE VEREADORES DO RIO DE JANEIRO

Com aprovação da Emenda à Lei Orgânica nº 15, de 2003, o número de Vereadores à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, passou de 42 para 55. Entretanto, com o advento da Resolução nº 21.702 do Tribunal Superior Eleitoral, que ratificou o acórdão do Supremo Tribunal Federal, ficou estabelecido, que desde 2004, a Câmara ficaria com 50 vagas no legislativo municipal. Em 2008, foi finalmente fixado o número de 51 vereadores por determinação da Resolução nº 695/2008 do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, com base na população estimada do Município para o ano de 2007 pelo IBGE.

Desde 1977 o Rio de Janeiro passou por 10 legislaturas, somando 530 mandatos divididos entre 276 políticos que ocuparam esses cargos. Desses vereadores, 50% deles cumpriram apenas um mandato. Este dado aponta para uma alta taxa de renovação bruta<sup>4</sup> política no espaço.

Desse total de 276 políticos desde 1977, apenas 35 são mulheres, correspondendo a 12,7% de todo o grupo. Se olharmos para os mandatos, este percentual melhora ligeiramente alcançando 13,8% (73 mandatos) dos 530 disponíveis. Como se pode ver, a baixa presença feminina segue os dados apresentados no restante

4 A variável "renovação" tem sido concebida como: "mudança de pessoas na representação" (Santos 1971 p.20). A "taxa de renovação bruta", é a somatória dos parlamentares que desistiram e dos que não se reelegeram com as novas cadeiras legislativas. Soma-se essas frequências e se divide pelo total de vagas legislativas. (Santos 1971)

do país e nas demais casas do poder legislativo. Quanto à taxa de renovação entre as mulheres, o dado é muito semelhante àquele registrado no geral. Do total de mulheres 18 cumpriram mais de um mandato, ou seja praticamente também 50%.

Quanto à distribuição ao longo do tempo, temos o seguinte desenho:

Legislaturas municipais do Rio de Janeiro (1977-2020)										
Legislatura	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Número de vereadoras	2	5	6	6	7	7	12	13	8	7

Quadro 1: Legislaturas municipais no Rio de Janeiro (1977-2020)

Fonte: a autora a partir dos dados da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Como se pode notar as eleições de 2004 e 2008, correspondentes às 7ª e 8ª legislaturas, destoam do restante do quadro, enquanto 2012 e 2016 o número passa a ser igual ou muito próximo daqueles que se tinha antes da 7ª legislatura. O caso do Rio de Janeiro, destoa do cenário nacional, pois embora as candidaturas femininas tenham crescido nos últimos anos, por conta da exigência da lei de cotas de 2009, o percentual neste período não ultrapassou os 15%. (Santos 2016), enquanto no Rio de Janeiro entre os anos 2004-2012 o percentual de representação feminina na casa era de aproximadamente 25%.

Para analisar o alinhamento ideológico dos partidos utilizou-se a classificação de Mainwaring, Power e Meneguello (2002), estão PT e PDT à esquerda; PMDB e PSDB ao centro; e PDS, PPR, PPB, PP, PTB e DEM à direita. A maioria dessas análises está baseada em dois critérios: autodenominação dos partidos ou identificação dos analistas ou eleitores (TAUROCO; MADEIRA, 2013). Nos últimos anos, assistiu-se a um crescimento de novas siglas que não foram analisadas por essa literatura, seja porque não tinham candidatos eleitos, seja porque ainda sequer existiam. Como não é o objetivo aqui fazer uma discussão pormenorizada sobre os matizes ideológicos dos partidos que compõem a Câmara de Vereadores, para esta análise optou-se por utilizar os critérios de Rodrigues (2002), sendo assim, conseguiu-se identificar 229 alinhamentos ideológicos dos políticos de acordo com este modelo, compondo assim o seguinte desenho:

Ideologia	Mulheres	Homens	Total
Direita	10	75	85
Centro	10	51	61
Esquerda	11	72	83
Total	31	198	229

Quadro 2: Divisão sexual por ideologia partidária (1977-2020)

Fonte: a autora a partir dos dados da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Como se pode notar, a distribuição ideológica entre o grupo de mulheres eleitas é praticamente idêntica, diferente dos homens que aparecem mais polarizados entre os grupos de esquerda e direita praticamente empatados. Entretanto, quando se olha para as legislaturas, os dados são sensivelmente diferentes:

Legislaturas municipais do Rio de Janeiro (1977-2020)											
Legislatura	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	TOTAL
Direita	1	2	2	1	2	2	5	3	4	1	23
Centro	1	1	2	2	2	4	5	5	4	3	29
Esquerda		2	2	2	2	1	1	2		2	14
TOTAL	2	5	6	5	6	7	11	10	8	6	66

Quadro 3: Divisão de mulheres por legislatura (1977-2020)

Fonte: a autora a partir dos dados da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Dos 66 mandatos analisados, percebe-se uma sensível diferença quando comparada as tabelas 2 e 3. Observa-se praticamente um empate entre as vereadoras dos diferentes alinhamentos ideológicos. No entanto, quando se observa o número de mandatos as diferenças são significativas. Ao passo que os partidos de centro lideram o número de mandatos, com 29 ao todo, os partidos à esquerda aparecem em último lugar, com apenas com 14. Isso significa que nos partidos de centro as mulheres atuaram em média por quase três mandatos, nos de direita por volta de dois e nos partidos de esquerda poucas seguiram para um segundo mandato. São nas sétima e oitava legislaturas que se nota um aumento de mulheres nos partidos de centro, que já vinha ocorrendo no período anterior – 2000 a 2004 – e de direita, passando de 2 para 5 eleitas.

Das 6 candidatas dos partidos progressistas que tiveram apenas um mandato, 2 entraram no último pleito – Marielle Franco e Luciana Novaes; as demais partiram para disputas no legislativo estadual ou federal, como é o caso de Benedita da Silva, Regina Gordilho e Terezinha Sarmiento. Sonia Rabello, disputou em 2012 um cargo no legislativo federal, mas conseguiu apenas a primeira suplência. Somente Florinda Lombardi ficou fora da política após seu primeiro mandato, tendo retornado após seis anos. Essa análise é importante para não ficarmos com a falsa impressão de que essas mulheres abandonam ou são derrotadas em disputas posteriores. Dos 8 casos analisados, percebeu-se que essas mulheres continuam na vida pública, mas começam a preferir os espaços estaduais ou nacionais de tomada de decisão.

Sobre o partido, 20% das vencedoras são ou passaram em algum momento pelo MDB. Este partido além de ter destaque especial no estado e na cidade, é também o principal partido político brasileiro, o que tem o maior número de prefeituras e de políticos nas casas legislativas do país. A polarização nacional entre PSDB e PT não se repete na antiga capital do país. Aqui eles não têm grande expressividade. Este fenômeno acompanha a tendência nacional que deixa evidente a força do MDB nos municípios. Este partido concentrou 13,58% das candidaturas no último pleito municipal, enquanto PSDB e PT tiveram 9,71% e 4,84, respectivamente. A maior expressividade de um partido de centro-esquerda é do PDT com 6,47%, ocupando o quinto lugar em número de candidaturas para o legislativo municipal.

### 3 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DAS MULHERES NA POLÍTICA CARIOCA

#### 3.1 Cor, escolaridade e religião

Sobre a cor da pele, é sabido que este espaço reproduz também as desigualdades existentes na sociedade brasileira, sendo um espaço majoritariamente de pessoas brancas. No último pleito municipal o percentual de candidatos inscritos como negros aparecem na categoria outros com 6%, enquanto os candidatos brancos somam 58% e pardos 36%. Das 20 mulheres presentes nas quatro últimas legislaturas, 11 não declararam sua cor ao TSE, 8 se autodeclararam brancas e apenas uma preta, Marielle Franco.

Na análise de Kerbauy sobre legislativos municipais de São Paulo e Santa Catarina em três legislaturas (1996-2004), a escolaridade das mulheres é superior à masculina. A maioria dos vereadores dessas localidades tem ensino médio completo (Kerbauy 2005). Dentre as vereadoras cariocas, 18, ou seja quase 50%, têm o Ensino Superior completo, sendo que duas constam com doutorado e uma com mestrado. Outras 8 têm Ensino Superior incompleto. Com Ensino Médio, 6 disseram ter realizado em sua integridade e apenas uma tem Ensino Médio incompleto e outra Ensino Fundamental incompleto<sup>5</sup>. As mudanças observadas nos últimos anos acentuam ainda mais essas diferenças. Dos 21 nomes que ocuparam as vagas no legislativo municipal desde 2004, 13 têm, ao menos, o Ensino Superior completo, 3 incompleto, 4 Ensino Médio e 1 Ensino Fundamental incompleto. Em resumo, nas últimas 4 legislaturas 60% das vereadoras cariocas têm ao menos o Ensino Superior completo, bastante diferente da realidade brasileira que contabiliza 14% dos adultos com essa escolaridade (Cancian 2016) e do restante do legislativo municipal que em 2015, apresentava 26% dos vereadores com Ensino Superior completo (Silva 2015). Esse fator assinala dois aspectos importantes, o primeiro é que, ao contrário da sociedade, a política é pensada como sendo um espaço de homens que preferencialmente passaram pelo Ensino Superior. A ideia é de que é preciso ter titulação para operar neste campo e dada as características socioeconômicas brasileiras, marcadas por enormes desigualdades, o Ensino Superior é reservado para aqueles com os maiores recursos materiais e simbólicos. O segundo diz respeito à própria desigualdade de gênero estrutural da sociedade, em que a capacidade das mulheres é mais fortemente testada, e sendo a política um espaço público e por excelência masculino, elas têm que apresentar maiores qualificações para ocupar este campo. Neste sentido, as mulheres com Ensino Superior completo têm mais chances de vitória no pleito do que as com menor escolaridade.

Dada a importância da crença numa sociedade em que apenas 8,9% em 2014 se declararam ateus (Tomazela 2016), acreditávamos que a declaração de filiação religiosa seria um ponto importante para se destacar na biografia das candidatas, mas ao contrário, menos da metade declara publicamente sua religião. Do total de vereadoras do período apenas 12 deixaram claro em algum momento a sua filiação

5 Não foi possível encontrar a escolaridade de 4 vereadoras no período analisado.

religiosa, sendo assim distribuída: 6 evangélicas de diversas denominações, 3 católicas, 2 judaicas, 1 umbandista. Não é possível fazer uma associação entre religiosidade e partido político. Não há uma separação evidente entre estes dois aspectos que permita estabelecer uma correlação entre os dois. Entretanto, embora não seja possível fazer uma correlação entre religião e posicionamento no espectro político, é possível perceber que o Rio de Janeiro acompanha a tendência nacional de crescimento das candidaturas evangélicas<sup>6</sup>. Exceto o caso de Benedita da Silva (PT), presbiteriana eleita na segunda legislatura, a primeira candidata evangélica se elegeu apenas na 6ª legislatura, ou seja, no ano 2000. O ápice de uma bancada evangélica de mulheres teve seu ponto alto em 2008, com cinco vencedoras eleitas.

Para finalizar, acredita-se que três outras informações são importantes para a construção da imagem de uma candidata num país como o nosso, de costumes bastante conservadores, principalmente no que diz respeito às mulheres: parentesco, filhos e casamento.

Como a informação sobre filhos é um dado mais complexo de ser obtido, procuramos trabalhar com o estado civil na primeira vez que a candidata conseguiu vencer o pleito. Optou-se por esta medida porque a primeira entrada na carreira política pode ser mais dependente da imagem da candidata. Neste sentido das 27 vencedoras, 19 se declararam casadas, 5 solteiras, 3 separadas ou divorciadas.

Quanto à sua herança política, este é um capital utilizado sobretudo por candidatas dos partidos mais conservadores. No legislativo carioca, 9 das 35 vereadoras são filhas ou esposas de políticos. Quatro delas estão em partidos de centro, duas em partidos de direita e uma em partido de esquerda. O que se nota também não é apenas seu sucesso eleitoral, mas a maior permanência desse grupo neste espaço, essas políticas ficam em média 3 mandatos na vereança.

### 3.2 Ocupação

Quanto à ocupação, tem destaque a carreira de professora com 6 vereadoras. E, ao contrário do que se pode pensar, apenas metade pertence a partidos classificados à esquerda do espectro ideológico. Não há também nenhuma relação com o momento em que isso acontece. O que se pode apenas dizer é que a frequência dessas profissionais passa a ser maior na casa a partir da quarta legislatura, quando se tem ao menos uma professora na Câmara de Vereadores, chegando ao ápice de três na sétima e oitava legislaturas.

Outras 5 são empresárias, e aqui também os dados contrariam o senso comum, apenas uma foi eleita por um partido mais à direita, outras duas estavam em partidos de centro ou esquerda. É claro que é preciso problematizar essa categoria que é extremamente vaga, podendo se referir a pequenos e médios empresários, até proprietárias de grande capital. Observando o patrimônio declarado de 4 das 5 candidatas, só a vereadora Verônica Costa (MDB) passou de R\$ 1 milhão no pleito

<sup>6</sup> Nas eleições de 2016, foram eleitos 77 candidatos evangélicos, incluindo 3 senadores. (Berdinelli 2018)



de 2016. De outras duas, o valor foi inferior a R\$ 300 mil. E há também o curioso caso de Nereide Pedregal (PT) que não teve patrimônio declarado nos dois pleitos em que saiu vencedora.

Três das legisladoras municipais são do funcionalismo público, aqui também não há a preponderância de nenhum partido e duas desempenhavam a função de assessoras parlamentares. Apenas duas são profissionais liberais, uma psicóloga e outra despachante.

Um caso especialmente chama a atenção: a dificuldade de se assumir a política como uma profissão, sobretudo no caso das mulheres, porque nos dados gerais do último pleito, por exemplo, a ocupação mais declarada no Tribunal Superior Eleitoral é justamente a de vereador<sup>7</sup>. O caso mais emblemático é da vereadora Leila do Flamengo (MDB), que venceu a primeira eleição de 1992, tendo ficado apenas na 8ª legislatura (2008-2012) fora da casa. Mesmo tendo passado vinte anos naquele espaço, a vereadora se classifica como dona de casa. Ao contrário do que acontece com Lucinha, do mesmo partido, que passou por 4 gestões na Câmara que se coloca como vereadora. Não foi encontrada a ocupação de 4 integrantes da câmara de vereadores.

### **3.2.1 Política e economia criativa**

**N**o caso carioca, é destaque a participação de políticas ligadas à economia criativa nas primeiras legislaturas. Ao todo são 4 artistas que se tornaram vereadoras. Mas aqui ainda consideraremos outros dois casos específicos que apesar da classificação observada no TSE podem ser enquadradas aqui. Podemos entender a relação entre as profissionais da indústria criativa e a política por meio da própria política ao final da ditadura militar, que teve participação bastante ativa e crítica de artistas. Mas aqui novamente vemos o mesmo fenômeno encontrado em outros momentos na política carioca, lugar onde os dados contestam a intuição. Apesar dessas mulheres ocuparem espaços na política, elas não são como se seria de imaginar filiadas a partidos à esquerda do espectro político. Três delas estão em partidos de direita e uma de centro.

Sobre a participação de artistas na vida política, há dois aspectos a ser observado. Primeiro a visibilidade que essas artistas têm, por serem muitas vezes atrizes de novelas da principal emissora de TV brasileira que se localiza no Rio de Janeiro. Outro fator é o momento em que essas mulheres decidiram se dedicar à vida pública. A exceção de uma – Liliam Sá (PL) – as demais estiveram presentes nas primeiras legislaturas. Sobre Liliam Sá, é preciso dizer que ela já é produto do elo entre economia criativa e religião evangélica. O mesmo ocorre com Bambina Bucci (PMDB) que participou das três primeiras legislaturas e tinha sua atividade e ação parlamentar fortemente ligadas pelo vínculo religioso com a umbanda.

Daysi Lucidi eleita em 1977 e 1996, ambas as legislaturas por partidos loca-

7 De acordo com os dados do TSE, 12.366(36.52%) declararam como atividade principal o cargo de vereador no legislativo municipal.

lizados à direita do espectro ideológico, primeiro pela ARENA e posteriormente pelo PFL, atriz e radialista, passou por diversas novelas da década de 1960 a 2015. Em entrevistas para veículos de comunicação, ela se coloca à direita nas questões relativas à moral, como: defesa da família, crítica ao feminismo, mas se declara anti-homofóbica.

Neuza Amaral, eleita para a terceira legislatura pelo PL, ingressou na carreira na década de 1950 até 2006.

Lícia Maria Maciel Caniné, também eleita para a terceira legislatura, assumiu em 1987 a presidência da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel. É a única mulher da economia criativa ligada a um partido de esquerda, o PCB.

Verônica Costa (MDB), que está na sua quarta legislatura, começou sua vida política com a vitória no pleito dos anos 2000. Embora esteja inscrita no TSE como empresária, Verônica Costa foi a criadora da equipe de funk, Furacão 2000.

O que se conclui sobre a participação de mulheres ligadas à economia criativa na política é de que por vezes elas fazem parte desse espaço como difusora de práticas religiosas, promotoras da cultura popular ou em dois casos apenas atrizes de novelas. Ao contrário da hipótese inicial, não há qualquer ligação entre essas mulheres que participaram das primeiras legislaturas e a crítica da classe artística à ditadura militar.

#### 4 RECEITA NAS CAMPANHAS DE MULHERES

**A** redemocratização, as transformações tecnológicas que possibilitaram o acesso a dados somada às mudanças ocorridas na ciência política nas duas últimas décadas, levou a um aumento significativo de estudos que pretendem entender os efeitos do financiamento de campanha sobre os resultados eleitorais. As variáveis analisadas vão desde as formas de financiamento, a participação dos grupos econômicos, a relação entre financiadores e de financiados e os seus resultados na esfera pública, a questão do financiamento estatal e seu desenho jurídico (Mancuso 2015). Uma das preocupações da literatura é procurar entender os custos crescentes e vultosos, já que é praticamente consenso a importância e o peso do financiamento no resultado eleitoral. (HEILER et al. 2016)

Neste momento, a preocupação é observar não propriamente as formas de financiamento, mas as receitas das campanhas e se gênero e partido, como categorias analíticas, influenciam no volume de recursos dispendidos.

Com a reforma eleitoral de 2015, foi estabelecida a criação de um teto de campanha. Válido para as eleições de 2016, o limite de gastos para a eleição de vereador foi estabelecido em R\$ 1,3 milhões. Para se ter uma ideia dos gastos de campanha foi analisado dois casos mais recentes. As eleições de 2008 e de 2016, nos dois casos nenhum dos vereadores ultrapassou ou chegou perto desse teto de campanha. Este teto no que diz respeito ao capital econômico necessário para ter condições de vencer um pleito é portanto bastante suficiente.

Sobre a receita disponível nas campanhas, percebe-se que os partidos à esquerda do espectro ideológico são aqueles que gastaram menos em ambas as elei-

ções, seguidos dos de centro e os da direita com maior gasto. Como se percebe no gráfico abaixo:

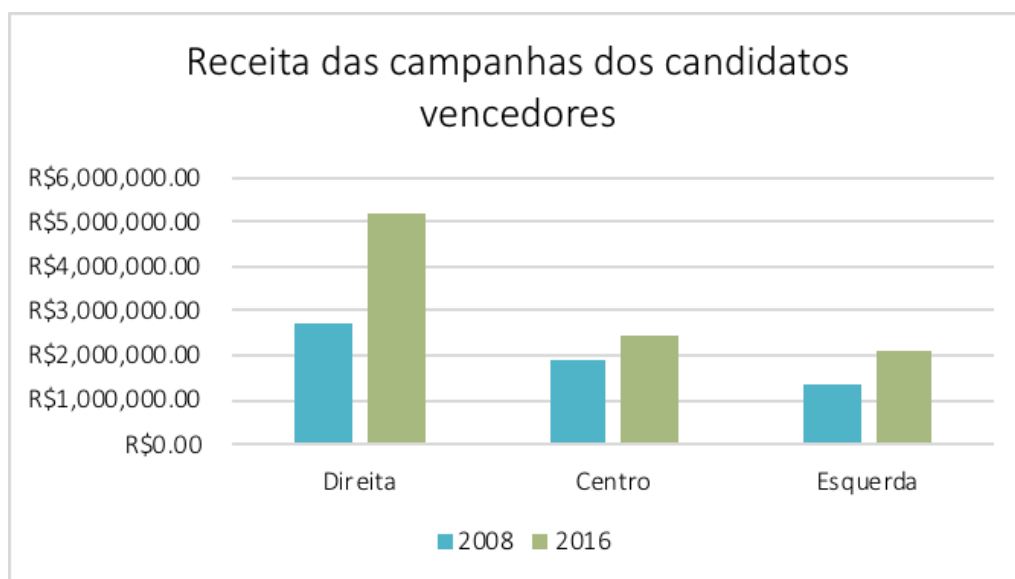


Gráfico 1: Receita de campanha dos candidatos vencedores

Fonte: a autora a partir dos dados do TSE.

A título de curiosidade, de acordo com o relatório divulgado pelo TSE, o custo voto das eleições de 2008 foi de R\$ 4,37 na cidade do Rio de Janeiro, enquanto para as mulheres o custo voto nesta mesma eleição foi de R\$ 5,53.

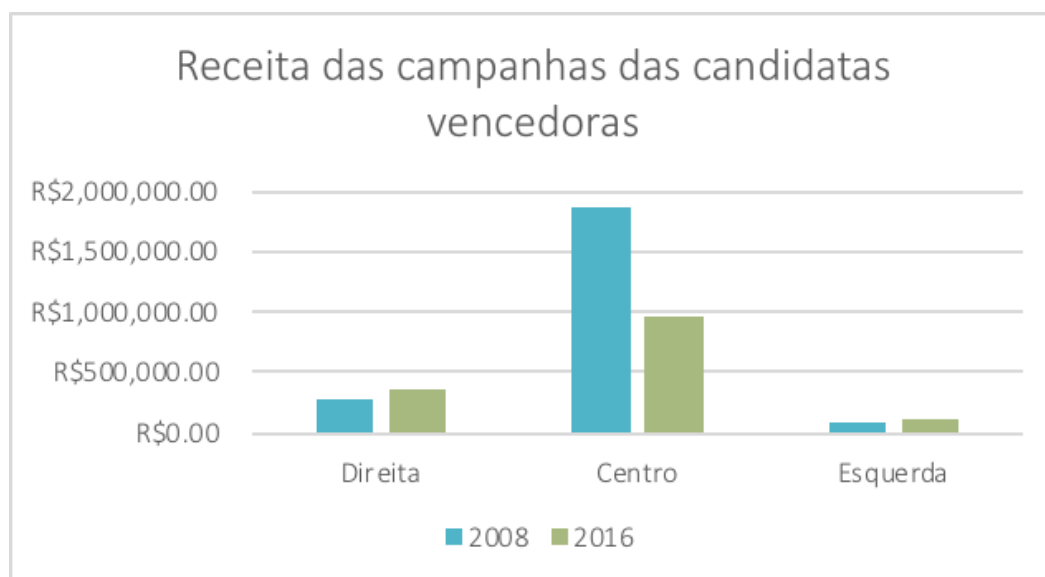


Gráfico 2: Receita das campanhas das candidatas vencedoras

Fonte: a autora a partir dos dados do TSE.

Utilizando as variáveis gênero, ideologia e recursos como categorias para analisar o sucesso eleitoral, nota-se na ocorrência carioca um redirecionamento das re-

ceitas no caso das mulheres. Enquanto os recursos das campanhas de partidos de direita são maiores para os homens, para as mulheres os partidos localizados mais no centro do espectro político ganham destaque, mesmo que, ao contrário dos demais, foi justamente essa a orientação que teve um decréscimo entre 2008 e 2016.

Como se pode ver, independente da ideologia, as mulheres dos partidos de esquerda são aquelas que são eleitas com menores recursos. A hipótese, a ser melhor testada, é de que a diferença entre a receita de campanha entre mulheres filiadas a partidos de esquerda e as demais ou até mesmo a receita das campanhas masculinas, inclusive dos partidos que se colocam no espectro progressista, pode ser fruto do capital social<sup>8</sup> dessas mulheres desenvolvidos a partir de sua vida associativa em movimentos sociais e estudantis, escolas de samba, congregações religiosas. No mesmo sentido pode-se dizer há uma correlação positiva entre herdeiras políticas dos partidos de centro e receita de campanha.

Outra evidência interessante é a quantidade de recursos destinados às campanhas de homens e mulheres.

ANO	Menor gasto campanha por eleito						TOTAL
	Direita		Centro		Esquerda		
	2008	2016	2008	2016	2008	2016	
homens	R\$ 12.292,00	R\$ 3.830,00	R\$ 41.831,00	R\$ 59.991,79	R\$ 708,00	R\$ 45.200,00	R\$ 163.852,79
mulheres	R\$ 100,00	R\$ 365.434,00	R\$ 89.064	R\$ 98.850,00	R\$ 5.000,00	R\$ 33.122,79	R\$ 591.570,79

Quadro 4: Menor gasto de campanha por eleito.

Fonte: a autora a partir dos dados do TSE.

Como se pode observar as mulheres que gastaram menos nas suas campanhas fizeram um investimento substancialmente maior do que os candidatos homens. Nos dois pleitos, o valor gasto pelas candidatas mulheres foi mais de 3,5 superior aos homens. Em resumo, este dado indica que, no caso das mulheres, os recursos econômicos são mais fundamentais para o sucesso eleitoral do que para os homens. O caso da campanha de 2008, da vereadora Lilian Sá, do PR, tem que ser compreendido em separado. A candidata gastou na campanha de 2008 apenas R\$ 100,00, o que tornou seu custo voto irrisório<sup>9</sup>. Entretanto, é preciso ponderar que a candidata estava buscando a reeleição, embora não seja regra que se gaste muito menos numa segunda candidatura, na primeira sua receita foi de mais de R\$ 55 mil, é necessário analisar outras duas variáveis. A primeira, seu capital social advindo da vida associativa como obreira na Universal do Reino de Deus. E segundo, sua atuação nas mídias tradicionais como locutora e comentarista de rádio e TV. O caso, portanto, da

<sup>8</sup> A definição utilizada aqui é de Robert Putnam, e diz respeito à relação entre indivíduos e suas conexões, relações de reciprocidade e confiança que derivam da interação entre indivíduo e comunidade. (Putnam 2015)

<sup>9</sup> De acordo com os dados fornecidos do TSE sobre o custo da campanha e o número de votos, o custo de cada voto da candidata ficou em menos de R\$ 0,01. Quando o curso para uma campanha feminina foi 500 vezes maior do que isso, ou seja, para cada voto se teve a receita de mais de R\$ 5,00.

vereadora pode ser tratado como uma exceção à regra.

Outro aspecto que chama a atenção é de que há uma oposição no caso inverso, ou seja, nas campanhas com maiores recursos. Neste caso as campanhas mais caras foram as masculinas, como pode ser visto na tabela abaixo:

Maior gasto de campanha por eleito							
ANO	Direita		Centro		Esquerda		TOTAL
	2008	2016	2008	2016	2008	2016	
homens	R\$ 555.500,00	R\$ 768.914,71	R\$ 599.180,80	R\$ 358.017,00	R\$ 301.150,00	R\$ 394.987,21	R\$ 2.977.749,72
mulheres	R\$ 109.230	R\$ 365.434,00	R\$ 982.400,00	R\$ 627.031,59	R\$ 40.600,00	R\$ 92.193,33	R\$ 2.216.889

Quadro 5: Maior gasto de campanha por eleito.

Fonte: a autora a partir dos dados do TSE.

Exceto nos partidos de centro, que merecem uma análise mais substantiva, a princípio pode-se dizer que o capital social, no sentido bourdieusiano<sup>10</sup>, auxilia na explicação das duas vereadoras que ocupam esta posição. A primeira Andrea Gouvêa Vieira. Ela foi casada com Edmar Bacha, um dos idealizadores do Plano Real e muito próximo do PSDB, partido da vereadora no pleito de 2008. Seu segundo casamento é com Jorge Hilário Gouveia Vieira<sup>11</sup>, que tem trânsito tanto no Estado como no capital financeiro. O que se pode perceber no caso da vereadora é a feliz união do capital social e econômico. A segunda, Rosa Fernandes (PMDB). Ela tem anos de partido e sucesso nos pleitos. No ano de 2008, ela alcançou sua quarta vitória. Ela é uma importante herdeira política de Pedro Fernandes, seu pai, eleito 10 vezes para o cargo de deputado estadual na ALERJ. Como se viu na segunda seção deste artigo, a maioria das herdeiras políticas estão nos partidos localizados no centro do espectro ideológico. Fora este achado, nos polos encontramos justamente aquilo que esperávamos, maiores receitas para candidaturas masculinas que detêm geralmente maiores recursos objetivos e simbólicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho era realizar uma descrição das vereadoras cariocas nas dez últimas legislaturas cariocas. Entretanto, ao realizar esta tarefa, confirmou-se mais uma vez a importância da dimensão de gênero para as análises sociais.

No caso do Rio de Janeiro, notamos a distribuição mais homogênea das vereadoras entre os espectros ideológicos – direita, centro, esquerda – embora haja

10 Para (Bourdieu e Tomaz 2007) o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica, ampliando o conceito de Putnam, não estaria só na vida associativa, mas nas estruturas das relações. Em resumo, as relações sociais seriam uma fonte dos benefícios.

11 Foi Presidente da CNSEG (Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização), 2010-2013. Presidente da FENASEG (Federação Nacional das Empresas de Seguros e de Capitalização).

diferenças quando observadas cada uma das legislaturas.

A religião, ao contrário do que se pensava, não é destaque na biografia das candidatas, mas esse dado deixa evidente a relação com a tendência nacional que vai ao encontro do aumento de candidaturas e sucesso de candidatos evangélicos. É um caso que provavelmente tenha relação com a especificidade carioca, é a presença de artistas na política local. Mas essa presença é marcada pela contra intuição, primeiro porque há a relação entre arte e religião em alguns momentos e arte e partidos à direita do espectro ideológico em outros.

Quando comparada com os homens, as mulheres eleitas precisaram ter maior escolaridade e receitas do que seus colegas, isso independente da vertente ideológica. Por outro lado, as campanhas mais vultosas nos partidos de esquerda ou direita foram dos candidatos eleitos que dispõem de maiores recursos materiais e simbólicos para que isso aconteça.

Em resumo, este trabalho além de apresentar, de forma resumida, um retrato da vereança carioca nos últimos 40 anos, também evidencia a variável gênero pode trazer alguns aspectos interessantes que dificilmente serão observados quando se trabalha com esses dados agregados.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. "Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política". *Revista de Sociologia e Política* 24:193–215, 2004. Recuperado 29 de agosto de 2018 (<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/3724/2972>).

BERDINELLI, Talita. "Fé evangélica abraça as urnas na América Latina | Brasil | EL PAÍS Brasil". *El País*, abril 17, 2018. Recuperado 28 de agosto de 2018 ([https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/13/politica/1523653238\\_321594.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/13/politica/1523653238_321594.html)).

BOURDIEU, Pierre; TOMAZ, Fernando. *O poder simbólico*, 2007. Bertrand Brasil.

CANCIAN, Natália. "Só 14% dos adultos brasileiros têm ensino superior, diz relatório da OCDE - 15/09/2016 - Educação - Folha de S.Paulo". *Folha de São Paulo*, setembro 15. Recuperado 27 de agosto de 2018 (<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1813715-so-14-dos-adultos-brasileiros-tem-ensino-superior-diz-relatorio-da-ocde.shtml>).

ESCOBAR-LEMMON, Maria C.; TAYLOR-ROBINSON, Michele M. *Representation: The case of women*. Organizado por Oxford University Press. Londres: Oxford University Press, 2014. Recuperado 25 de junho de 2018 (<https://drudedahlerup.files.wordpress.com/2013/08/substantive-20150825134520681.pdf>).

FRASER, Nancy. "Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação". *Estudos Feministas* 15(2), 2007. Recuperado 27 de agosto de 2018 (<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a02v15n2.pdf>).

HEILER, Jeison Giovani; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos. *O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral*. *Opin. Publica*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 56-92, abr. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762016000100056&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000100056&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191201622156>.

KATZ, R. & MAIR, P. *Party Organizations*. Organizado por Sage. Londres: Sage, 1992.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. "As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local". *Outubro XI(2):337–65*, 2005. Recuperado 27 de agosto de 2018 (<http://www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26418.pdf>).

MANCUSO, Wagner. "Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda

de pesquisa". *Revista de Sociologia Política* 23(54):155–83, 2015. Recuperado 29 de agosto de 2018 ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)).

MAINWARING, S.; POWER, T.; MENENGUELLO, R.. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MONTEIRO, André; LINHARES, Carolina; PINTO, Ana Estela de Souza. 2016. "Candidatos homens recebem 30% mais verba que mulheres - 01/10/2016 - Poder - Folha de S.Paulo". *Folha de São Paulo*, outubro 1. Recuperado 31 de agosto de 2018 (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1818675-candidatos-homens-recebem-30-mais-verba-que-mulheres.shtml>).

MUNIZ, Mariana. "Caça a candidaturas 'fantasmas' é pauta central do TSE pelo acesso das mulheres à política em 2018 - Gênero e Número". *Gênero e Número*, 2018. Recuperado 25 de junho de 2018 (<http://www.generonumero.media/caca-candidaturas-fantasmas-e-pauta-central-do-tse-pelo-acesso-das-mulheres-politica-em-2018/>).

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* eBook: Princeton University Press, Robert D. Putnam: Amazon.com.br: Loja Kindle. Organizado por FGV. Rio de Janeiro, 2015. Recuperado 31 de agosto de 2018 ([https://www.amazon.com.br/Comunidade-democracia-experiencia-Italia-moderna-ebook/dp/B0169551UK?\\_\\_mk\\_pt\\_BR=ÂMĂŽŃ&keywords=robert+putnam&qid=1535747766&sr=8-2&ref=sr\\_1\\_2](https://www.amazon.com.br/Comunidade-democracia-experiencia-Italia-moderna-ebook/dp/B0169551UK?__mk_pt_BR=ÂMĂŽŃ&keywords=robert+putnam&qid=1535747766&sr=8-2&ref=sr_1_2)).

REZENDE, Daniela Leandro. "Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados". *Estudos Feministas, Florianópolis* 25(530), 2017.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social : um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Edusp, 2002.

SACCHET, Teresa. "Capital social, gênero e representação política no Brasil 1". *Opinião Pública* 15(2):306–32, 2009. Recuperado 29 de agosto de 2018 (<http://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/02.pdf>).

SANTOS, Bruno Carazza dos. "5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira - Politize!", 2016. Recuperado 9 de julho de 2018 (<http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>).

SANTOS, Wanderley Guilherme. "Eleição, representação, política substantiva". *Dados* 8, 1971.

SILVA, Patrick. "Quem são os vereadores brasileiros?" *Estado de São Paulo*, agosto 4, 2015. Recuperado 27 de agosto de 2018 (<https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/quem-sao-os-vereadores-brasileiros/>).

TAUROCO, G.S.. *Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil*. *Revista de Sociologia e Política*, v.21, n.45, p.149-165, 2013.

TOMAZELA, José Maria. "Aumento do no de ateus no País já preocupa Igreja Católica - Brasil - Estadão". *Estado de São Paulo*, abril 9, 2016. Recuperado 28 de agosto de 2018 (<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,aumento-do-numero-de-ateus-no-pais-ja-preocupa-igreja-catolica,1853820>).

YOUNG, Iris Marion. "Representação política, identidade e minorias". *Lua Nova, São Paulo* 67:139–90, 2006.